**Reconhecimento Mútuo II**

**Decisão-Quadro 2009/829/JAI do Conselho, de 23 de outubro de 2009,** **relativa à aplicação, entre os Estados-Membros da União Europeia, do princípio do reconhecimento mútuo às decisões sobre medidas de controlo, em alternativa à prisão preventiva**

*Conjunto de Estudos de caso – um Guia para formadores*

Elaborado por:

*Daniel Constantin Motoi*

*Juiz,*

*Tribunal de Primeira Instância, 4th District, Tribunal de Bucareste, Bucareste*

***Índice***

**A. Estudos de caso 1**

**I. Cenário introdutório; Questões 1**

**II. Exercícios 2**

**III. Cenário de caso; Questões 2**

**B. Notas adicionais para os formadores sobre os casos 4**

**C. Abordagem metodológica 5**

**I. Ideia geral e temas centrais 5**

**II. Grupos de trabalho e estrutura do seminário 6**

**III. Material adicional 6**

**D. Soluções 7**

**Anexo 22**

****Reconhecimento mútuo II.****

**A. I. Cenário introdutório**

Supondo que um infrator cometeu uma infração no seu país e que a autoridade competente que trata do caso (dependendo das disposições da legislação nacional – procurador, juiz de instrução, juiz, etc.) quer tomar/pedir uma decisão sobre medidas de controlo como alternativa à prisão preventiva durante a fase de investigação (embora, por exemplo, as condições para a tomada da prisão preventiva também estejam preenchidas).

**Questões:**

1. *Existem medidas alternativas à prisão preventiva previstas no seu ordenamento jurídico para tais casos? Por favor, indique-os e descreva-os brevemente.*
2. *Se tais medidas alternativas existirem no seu ordenamento jurídico, serão* ***aplicáveis nas mesmas condições a um infrator que resida legalmente noutro EM*** *e tenha cometido uma infração e as suas autoridades judiciárias tenham competência para investigar a mesma? Existem algumas disposições especiais relativas a um infrator que reside legalmente noutro EM? Por favor, indique-as e descreva-as brevemente.*
3. *Se a autoridade competente no seu país impõe medidas de controlo ao infrator, é possível, de acordo com a sua legislação nacional, pedir a transferência da supervisão para que o infrator legalmente residente noutro EM* ***seja supervisionado no seu país*** *pela autoridade competente enquanto aguarda o julgamento no seu país? Qual é o instrumento jurídico aplicável neste caso?*

**A. II. Exercícios:**

**Encontre as seguintes autoridades competentes de execução e as línguas a utilizar na Certidão (para processos penais gerais):**

1. Uma autoridade competente alemã quer transferir a supervisão da pessoa condenada A.N. que reside legal e habitualmente em Bruxelas, Bélgica.

*Autoridade competente:*

*Língua:*

2. Uma autoridade competente francesa quer transferir a supervisão do arguido B.C. que reside legal e habitualmente em Vigo, Espanha.

*Autoridade competente:*

*Língua:*

3. Uma autoridade competente espanhola quer transferir a supervisão do arguido M.M. que reside legal e habitualmente em Viena, Áustria.

*Autoridade competente:*

*Língua:*

**A. III. Cenário de caso:**

A.W., cidadão austríaco, residente em Viena, Áustria, estava de férias de duas semanas em Brașov, Roménia, para visitar alguns amigos romenos. A 6 de janeiro de 2020, A.W. e os seus amigos foram a um bar em Brașov. A certa altura, A.W. teve uma discussão com uma pessoa de outro grupo e os dois começaram a ameaçar-se mutuamente. A.W. ficou nervoso e foi ter com a vítima A.B. e bateu-lhe na cabeça com uma garrafa. A.B. caiu inconsciente e nesse momento A.W. fugiu do bar. A.B. foi levado para um hospital local onde permaneceu durante duas semanas para cuidados médicos.

O documento forense emitido declarou que A.B. sofreu ferimentos que necessitarão de 100 dias de cuidados médicos.

De acordo com o direito penal romeno, os factos constituem o crime de lesão corporal previsto no artigo 194.º do Código Penal romeno (a sanção máxima é de 7 anos de pena de prisão).

A 10 de janeiro, a Delegação do Ministério Público adstrita ao Tribunal de Primeira Instância de Brașov apresentou queixa contra A.W.

A.W. admitiu ter cometido a infração, mas considerou que foi provocado pela vítima A.B. e pelos seus amigos e que foi uma reação descontrolada.

Tendo em consideração a gravidade da infração e o facto de A.W. parecer residir legalmente na Áustria, o procurador romeno que trata do caso *quer impor uma medida provisória,* respetivamente um controlo judicial de 60 dias contra o infrator A.W., no qual ele deve cumprir as seguintes obrigações:

a) apresentar-se à Delegação do Ministério Público adstrita ao Tribunal de Primeira Instância de Brașov ou ao juiz sempre que for chamado.

b) informar a autoridade designada encarregada da supervisão sempre que mude o local onde se encontra alojado.

c) apresentar-se na esquadra de polícia designada, de acordo com o plano de supervisão acordado ou sempre que for chamado.

d) não se aproximar mais de 200 metros da vítima A.B.

**Questões:**

1. *A supervisão das obrigações impostas a A.W. pode ser executada na Áustria?*
2. *Quais são os critérios para transmitir uma decisão sobre medidas de controlo a outro EM? É necessário ter o consentimento prévio de A.W. neste caso?*
3. *É obrigatório que a autoridade competente transmita uma decisão sobre medidas de controlo às autoridades competentes de outro EM?*
4. *Encontre as autoridades competentes dos dois países envolvidos na possível transferência da supervisão das obrigações impostas ao infrator A.W.*
5. *Como irão proceder neste caso a autoridade competente emissora e a autoridade competente de execução?*
6. *Que desafios podem enfrentar as autoridades competentes de emissão e de execução e como podem ser ultrapassados?*
7. *Quais são os benefícios, neste caso, se essa transferência de supervisão for bem-sucedida?*

****Parte B. Notas adicionais para o formador relativas aos casos****

**A. III. Cenário de caso:**

* O cenário de caso será discutido de acordo com as disposições nacionais do país onde o seminário está a decorrer (exceto para a Irlanda).
* Se o seminário tiver lugar na Áustria, o EM emissor e de execução será trocado, com a pessoa condenada a residir legalmente em Bucareste, Roménia e a visitar a Áustria).

****Parte C. Abordagem metodológica****

1. **Ideia geral e temas centrais**

A ideia deste material de formação é familiarizar os oficiais de justiça dos Estados-Membros com o instrumento jurídico de cooperação judiciária disponível a nível europeu, com vista a monitorizar as medidas de controlo.

Os oficiais de justiça desempenham frequentemente tarefas administrativas que vão desde o preenchimento do formulário solicitado pelo instrumento jurídico, identificação da autoridade competente a quem o enviar, tradução do formulário, pedido ou envio de informações adicionais relativas à cooperação judiciária.

Assim sendo, serão abordados **os seguintes aspetos principais** no âmbito dos seminários:

1. Âmbito de aplicação da Decisão-Quadro 2009/829/JAI do Conselho, relativa à aplicação, entre os Estados-Membros da União Europeia, do princípio do reconhecimento mútuo às decisões sobre medidas de controlo, em alternativa à prisão preventiva.

2. Familiarização com a estrutura geral da Decisão-Quadro 2009/829/JAI do Conselho.

3. Identificação de alguns dos desafios que as autoridades competentes de emissão e execução podem estar a enfrentar ao solicitar a transferência das medidas de controlo.

4. Realçar os benefícios da transferência da decisão sobre as medidas de controlo.

5. Compreender algumas questões práticas que podem surgir antes e depois da transferência da supervisão.

6. Pormenores administrativos: Como deve proceder uma autoridade emissora numa determinada situação? Que língua deve ser utilizada? Onde pode a autoridade emissora encontrar a autoridade competente do Estado-Membro de execução à qual o pedido tem de ser dirigido?

1. **Grupos de trabalho e estrutura do seminário**

O seminário terá início com o ***caso introdutório*** que se destina a sensibilizar os participantes para a Decisão-Quadro 2009/829/JAI do Conselho relativa à aplicação, entre os Estados-Membros da União Europeia, do princípio do reconhecimento mútuo às decisões sobre medidas de controlo, em alternativa à prisão preventiva. A resolução do caso introdutório e a resposta às questões deve demorar **cerca de 15-20 minutos**.

Após o caso introdutório, o formador fornecerá aos participantes uma **breve apresentação** (Power point) destacando as características importantes da Decisão-Quadro 2009/829 do Conselho – objetivos, definições, critérios, fundamentos para o reconhecimento, prazos, adaptação, lei aplicável, decisões subsequentes, obrigações e informação (**aproximadamente 15-20 min**).

Recomenda-se um intervalo de 10 minutos neste momento.

A resolução dos exercícios a partir do ponto A.II deve demorar cerca de **15 minutos**, dado que se destinam a auxiliar os participantes na compreensão do mecanismo para encontrar uma autoridade competente e a língua a ser utilizada na Certidão.

O ***cenário de caso*** é a oportunidade de compreender a Decisão-Quadro 2009/829/JAI do Conselho. Os participantes trabalharão em grupos de 5-6 e terão um computador portátil ligado à Internet, a fim de resolverem as questões. A resolução do cenário de caso e a resposta às questões deve demorar **cerca de 2 horas**.

Quaisquer questões pendentes devem ser discutidas no final do seminário (durante **aproximadamente 5-10 minutos**).

Os organizadores devem tentar criar grupos de participantes com um nível aproximado de experiência no trabalho com a DQC 2009/829 ao resolverem os cenários de caso.

1. **Materiais adicionais**

Todos os participantes receberão uma cópia da Decisão-Quadro do Conselho incluindo os Formulários constantes dos Anexos I e II. Além disso, os participantes devem trazer ou ter acesso às suas disposições nacionais de aplicação da DQC.

****Parte D. Soluções****

**A. I. Cenário introdutório:**

***Q1:*** *Existem medidas alternativas à prisão preventiva previstas no seu ordenamento jurídico para tais casos, que possam ser tomadas? Por favor, indique-as e descreva-as brevemente.*

A fim de responder a esta questão, os participantes indicarão e descreverão brevemente as medidas alternativas à prisão preventiva regulamentadas no seu ordenamento jurídico.

***Q2:*** *Se tais medidas alternativas existirem no seu ordenamento jurídico, serão* ***aplicáveis nas mesmas condições a um infrator que resida legalmente noutro EM*** *e tenha cometido uma infração e as suas autoridades judiciárias tenham competência para investigar a mesma? Existem algumas disposições especiais relativas a um infrator que reside legalmente noutro EM? Por favor, indique-as e descreva-as brevemente.*

Após indicarem as medidas alternativas, os participantes terão agora de indicar se estas medidas podem ser aplicadas nas mesmas condições a um infrator que resida legalmente noutro EM. Aqui, os participantes fornecerão as suas disposições nacionais a este respeito (indicando se são implementadas disposições especiais em relação a um infrator que resida legalmente noutro EM).

***Q3:*** *Se a autoridade competente no seu país impõe medidas de controlo ao infrator, é possível, de acordo com a sua legislação nacional, pedir a transferência da supervisão para que o infrator legalmente residente noutro EM* ***seja supervisionado no seu país*** *pela autoridade competente enquanto aguarda o julgamento no seu país? Qual é o instrumento jurídico aplicável neste caso?*

Nesta situação, é aplicável a **Decisão-Quadro 2009/829/JAI[[1]](#footnote-1) do Conselho, de 23 de outubro de 2009, relativa à aplicação, entre os Estados-Membros da União Europeia, do princípio do reconhecimento mútuo às decisões sobre medidas de controlo, em alternativa à prisão preventiva** (Decisão Europeia de Controlo Judicial), que tinha de ser implementada até 1 de dezembro de 2012.

A decisão acima referida foi implementada por quase todos os Estados-Membros da União Europeia, exceto pela Irlanda, que se encontra atualmente a implementar a Decisão-Quadro do Conselho, embora o período de implementação já tenha decorrido.

|  |
| --- |
| O *estado de implementação* daDecisão-Quadro do Conselho 2009/829/JAI de 23 de outubro de 2009 está disponível no sítio Web da RJE – [www.ejn-crimjust.europa.eu](http://www.ejn-crimjust.europa.eu) (na secção [dedicada à DQC 2009/829/JAI](https://www.ejn-crimjust.europa.eu/ejn/EJN_Library_StatusOfImpByCat.aspx?l=EN&CategoryId=39)) |

Tendo em conta que **o princípio do reconhecimento mútuo** deve também aplicar-se às decisões anteriores ao julgamento, este instrumento jurídico permite que uma pessoa residente num Estado-Membro, mas sujeita ao processo penal num segundo Estado-Membro, **seja supervisionada pelas autoridades do Estado em que é residente enquanto aguarda julgamento** e **assegura que não seja tratada de forma diferente** de uma pessoa sujeita a processo penal que é residente nesse EM.

A Decisão-quadro tem como principais **objetivos** *a promoção, quando apropriado, do uso de medidas não privativas de liberdade como alternativa à prisão preventiva*, mesmo quando, de acordo com a legislação do Estado-Membro em causa, não possa ser imposta ab initio uma prisão preventiva e *para garantir o regular exercício da justiça e, em especial, a comparência da pessoa em causa no julgamento.*

As medidas previstas na DQC devem também *reforçar o direito à liberdade e à presunção de inocência na União Europeia e assegurar a cooperação entre os Estados-Membros nos casos em que uma pessoa é sujeita a obrigações ou a medidas de controlo enquanto aguarda a decisão de um tribunal*

|  |
| --- |
| Ainda assim, a DQC não confere qualquer direito a uma pessoa à utilização, no decurso de um processo penal, de uma medida não privativa de liberdade como alternativa à custódia. Esta é uma matéria **regida pela lei e procedimentos do Estado-Membro** onde decorre o processo penal (n.º 2 do Artigo 2.º da DQC). |

Neste momento, os participantes devem poder **identificar as disposições nacionais de aplicação da DQC 2009/829/JAI**, conforme comunicado na sua notificação ao Secretariado-Geral do Conselho da União Europeia.

A informação relativa à implementação da DQC **para cada EM** está disponível no sítio Web da RJE, como indicado acima.

**A. II. Exercícios:**

**Encontre as seguintes autoridades competentes de execução e as línguas a utilizar na Certidão (para processos penais gerais):**

A fim de encontrar as autoridades competentes, utilizaremos o [***Atlas***](https://www.ejn-crimjust.europa.eu/ejn/AtlasChooseCountry/EN) disponível no sítio Web da RJE – [www.ejn-crimjust.europa.eu](http://www.ejn-crimjust.europa.eu) selecionar os EM de execução como países de execução e *905*. *Execution of a Supervision Measure (Execução de uma Medida de Controlo).*

Tendo em conta as línguas para a Certidão, utilizaremos a secção – Medidas de Controlo – Notificações para cada um dos EM [disponível no sítio Web da RJE](https://www.ejn-crimjust.europa.eu/ejn/libcategories/EN/39/-1/-1/-1).

Se nada for notificado em relação ao Artigo 24.º da DQC, então será(ão) utilizada(s) a(s) língua(s) oficial(ais) do EM.

Os resultados devem ser os seguintes:

*1. Uma autoridade competente alemã quer transferir a supervisão da pessoa condenada A.N. que reside legal e habitualmente em Bruxelas, Bélgica.*

|  |
| --- |
| **Nome:** Parket van de procureur des Konings te Brussel (Bureau CIS)- Parquet du procureur du Roi de Bruxelles (Bureau CIS)  **Morada:** Portalis, Rue des Quatre bras, 4  **Departamento (Divisão):**  **Cidade:** Bruxelas  **Código postal:** 1000  **Número de telefone:** +32 (0)2 508 70 80  **Telemóvel:**  **Número de fax:** +32 (0)2 519 82 96  **Endereço de Correio Eletrónico:** [cis.bxl@just.fgov.be](mailto:cis.bxl@just.fgov.be)  De acordo com o Artigo 24.º da DQC, as línguas aceites pelas autoridades belgas são: **holandês, francês, alemão e inglês**. |

*2. Uma autoridade competente francesa quer transferir a supervisão da pessoa condenada B.C. que reside legal e habitualmente em Vigo, Espanha.*

|  |
| --- |
| **Nome:** Oficina Decanato de Vigo (para su reparto a los Juzgados de Instruccion)  **Morada:** Lalín, 4  **Departamento (Divisão):**  **Cidade:**  Vigo  **Código postal:** 36209  **Número de telefone:** +34986817168  **Telemóvel:**  De acordo com o Artigo 24.º da DQC, a língua aceite pelas autoridades espanholas é o **espanhol**. |

*3. Uma autoridade competente espanhola quer transferir a supervisão da pessoa condenada M.M. que reside legalmente e habitualmente em Viena, Áustria.*

|  |
| --- |
| **Nome:** Staatsanwaltschaft Vienna  **Morada:**  Landesgerichtsstraße 11  **Departamento (Divisão):**  **Cidade:**  Viena  **Código postal:**  1082  **Número de telefone:** +43 1 40127 0  **Telemóvel:**  **Número de fax:** +43 1 40127 306950  **Correio Eletrónico:**  Deve ser anexada à certidão uma tradução para alemão. As certidões noutras línguas são aceites com base na reciprocidade, ou seja, na condição de que o Estado emissor também aceite certidões em **alemão** como Estado de execução. |

**A. III. Cenário de caso:**

***Q1:*** A supervisão das obrigações impostas a A.W. pode ser executada na Áustria?

Neste caso, as autoridades competentes romenas podem solicitar a transferência da supervisão das obrigações a impor a A.W. para as autoridades competentes austríacas e o instrumento jurídico aplicável é a **Decisão-Quadro 2009/829/JAI do Conselho, de 23 de outubro de 2009, relativa à aplicação, entre os Estados-Membros da União Europeia, do princípio do reconhecimento mútuo às decisões sobre medidas de controlo, em alternativa à prisão preventiva** (Decisão Europeia de Controlo Judicial), que tinha de ser implementada até 1 de dezembro de 2012.

A DQC acima mencionada foi implementada por dois EM (a legislação nacional austríaca de implementação da DQC entrou em vigor a 1 de agosto de 2013 e a legislação nacional romena de implementação da DQC entrou em vigor a 26 de dezembro de 2013).

As autoridades competentes romenas aplicarão **as disposições da legislação nacional de aplicação da DQC**, afim de transmitirem a decisão sobre a medida de controlo às autoridades competentes dos outros EM.

***Q2:*** Quais são os critérios para transmitir uma decisão sobre medidas de controlo a outro EM? É necessário ter o consentimento prévio de A.W. neste caso?

* O n.º 1 do Artigo 9.º da DQC prevê que uma decisão sobre medidas de controlo pode ser transmitida à autoridade competente do Estado-Membro **em que a pessoa tem a sua residência legal e habitual**, nos casos em que a pessoa, **após ter sido informada das medidas em causa, consinta em regressar a esse Estado**.

Deste parágrafo, é possível verificar **duas condições** que têm de ser satisfeitas antes de transmitir uma decisão a outro EM: o suspeito reside legal e habitualmente noutro EM e, após ser informado sobre as medidas em questão, consente em regressar ao EM de execução.

**A DQC não pode ser utilizada contra a vontade da pessoa em causa**. O suspeito deve cooperar com as autoridades competentes onde reside durante o período de supervisão.

* A título excecional, o n.º 2 do Artigo 9.º da DQC prevê que a autoridade competente do Estado de emissão possa, a pedido da pessoa, transmitir a decisão sobre medidas de controlo à autoridade competente de um Estado-Membro **diferente do Estado-Membro em que a pessoa tem a sua residência legal e habitual**, **desde que esta última autoridade tenha consentido nesse envio**.

Só é possível transmitir a decisão sobre medidas de controlo a outro EM em que a pessoa resida legal e habitualmente se houver o pedido do suspeito e o consentimento dos outros EM para tal transmissão se as condições para tal consentimento forem cumpridas.

Na aplicação da decisão-quadro, os Estados-Membros devem determinar **em que condições** as suas autoridades competentes **podem consentir na transmissão de uma decisão sobre medidas de controlo nos casos em que se aplica o n.º 2.**

|  |
| --- |
| *Por exemplo,* relativamente ao n.º 2 do Artigo 9.º, a Roménia, como Estado de execução, notificou o Secretariado-Geral do Conselho da União Europeia no momento da implementação da DQC que pode reconhecer a ordem de supervisão não só quando a pessoa é residente legal e habitual na Roménia, **mas também no caso de um dos seus familiares ser um cidadão romeno ou residente, ou se vai exercer uma atividade profissional, estudo ou formação na Roménia**.  *Por exemplo,* relativamente ao n.º 2 do Artigo 9.º, a Áustria, na qualidade de Estado de execução, notificou o Secretariado-Geral do Conselho da União Europeia no momento da implementação da DQC que pode reconhecer a supervisão **independentemente de a pessoa em causa ter o seu domicílio ou residência permanente na Áustria se, devido a circunstâncias específicas, existirem laços de tal intensidade entre a pessoa em causa e a Áustria que se possa presumir que a supervisão na Áustria ajudará a facilitar a reabilitação social e a reintegração da pessoa em causa.** |

***Q3:*** É obrigatório que a autoridade competente transmita uma decisão sobre medidas de controlo às autoridades competentes de outro EM?

O n.º 1 do Artigo 9.º da DQC prevê que uma decisão sobre medidas de controlo **pode ser transmitida** à autoridade competente do Estado-Membro em que a pessoa tem a sua residência legal e habitual, nos casos em que a pessoa, após ter sido informada das medidas em causa, consinta em regressar a esse Estado.

A redação utilizada pela DQC «*pode*» ser transmitida poderia induzir a ideia de que poderia ser uma decisão arbitrária da autoridade competente emissora se esta transmitisse tal decisão sobre medidas de controlo a outro EM em que a pessoa reside legal e habitualmente. Deveria ser assim na prática.

Este parágrafo deve ser lido em conjugação com o Artigo 22.º da DQC, no qual se prevê que as autoridades competentes do Estado de emissão e do Estado de execução se consultem mutuamente **durante a preparação ou, pelo menos, antes de enviar a decisão sobre medidas de controlo**, acompanhada da certidão.

Assim, a decisão de transmitir ou não uma decisão sobre medidas de controlo deve ser **uma decisão informada,** tomada **sobre as informações recebidas** das autoridades competentes do Estado de execução.

|  |
| --- |
| Por exemplo, *a autoridade competente do Estado de execução pode comunicar:*   * *informações sobre o risco que a pessoa em causa pode representar para as vítimas e para o público em geral nos EM de execução,* * *informações que permitam verificar a identidade e o local de residência da pessoa em causa,* * *outras informações necessárias para facilitar o controlo correto e eficaz das medidas de controlo* |

***Q4:*** Encontre as autoridades competentes dos dois países envolvidos na possível transferência da supervisão das obrigações impostas ao infrator A.W.

Nos termos dos Artigos 6.º e 7.º da DQC, cada EM pode, de acordo com a legislação nacional, designar as autoridades competentes, tal como requerido pelo instrumento jurídico.

As autoridades competentes podem ser **judiciais** ou **não judiciais** (com exceção das disposições em que é obrigatório designar uma autoridade judiciária competente – por exemplo, o n.º 1, alínea c), do Artigo 18.º da DQC).

Cada Estado-Membro pode designar **uma autoridade central** ou, quando o seu ordenamento jurídico o preveja, **mais do que uma autoridade central** para assistir as suas autoridades competentes.

Um Estado-Membro pode, se a organização do seu sistema judiciário interno o exigir, tornar a(s) sua(s) **autoridade(s) central(is)** responsável(eis) pela transmissão e receção administrativas das decisões sobre medidas de controlo, juntamente com as certidões referidas no Artigo 10.º, bem como por toda a restante correspondência oficial com elas relacionada. Consequentemente, todas as comunicações, consultas, trocas de informações, inquéritos e notificações entre autoridades competentes podem ser tratadas, se for caso disso, com o auxílio da(s) autoridade(s) central(ais) do Estado-Membro em causa (n.º 4 do Artigo 7.º da DQC).

|  |
| --- |
| As autoridades competentes [podem ser encontradas aqui](https://www.ejn-crimjust.europa.eu/ejn/libcategories/EN/39/-1/-1/-1) (notificações de cada um dos EM ao implementar a DQC). |

* A *autoridade competente romena* deve transmitir a decisão sobre as medidas de controlo, de acordo com a legislação nacional de aplicação da DQC 2009/829/JAI**, a autoridade judiciária que tomou a decisão sobre a medida de controlo** (neste caso, o procurador da Delegação do Ministério Público adstrita ao Tribunal de Primeira Instância de Brașov).
* As *autoridades competentes austríacas* para os pedidos recebidos para controlar as medidas de controlo são **os Tribunais Regionais**. A certidão deve ser apresentada juntamente com os documentos necessários do Tribunal Regional em cuja jurisdição **a pessoa em causa tem o seu domicílio ou residência permanente** ou, nos casos previstos no n.º 2 do Artigo 9.º, do Tribunal Regional em cuja jurisdição existem laços específicos com a pessoa em causa.

|  |
| --- |
| As informações relativas às autoridades competentes como autoridades competentes emissoras ou executoras podem ser consultadas no sítio Web da RJE – [www.ejn-crimjust.europa.eu](http://www.ejn-crimjust.europa.eu) (informações fornecidas para cada EM):  **Roménia –** [**a informação é encontrada aqui**](https://www.ejn-crimjust.europa.eu/ejn/libdocumentproperties.aspx?Id=1229)**.**  **Áustria –** [**a informação é encontrada aqui**](https://www.ejn-crimjust.europa.eu/ejn/libdocumentproperties.aspx?Id=1176)**.** |

Para consultar a autoridade competente austríaca, utilizar-se-á o ***Atlas*** disponível no sítio Web da RJE – [www.ejn-crimjust.europa.eu](http://www.ejn-crimjust.europa.eu), selecionando a Áustria como país de execução e *905.* Execution of a Supervision Measure (*Execução de uma Medida de Controlo*) (**ver Anexo 3**).

O resultado deve ser o seguinte:

|  |
| --- |
| **Nome:** Staatsanwaltschaft Vienna  **Morada:** Landesgerichtsstraße 11  **Departamento (Divisão):**  **Cidade:** Viena  **Código postal:**  1082  **Número de telefone:** +43 1 40127 0  **Telemóvel:**  **Número de fax:** +43 1 40127 306950  **Endereço de Correio Eletrónico:** |

E a ligação para [o resultado encontra-se aqui](https://www.ejn-crimjust.europa.eu/ejn/AtlasAuthorityData/EN/223/9/908/54/417/2/0/4965/479/0/1/915/1).

***Q5:*** Como irão proceder neste caso a autoridade competente emissora e a autoridade competente de execução?

* **Autoridade competente emissora:**
* *Se possível, entrar em consulta prévia com a autoridade competente do EM de execução, nos termos do Artigo 22.º da DQC, antes de decidir transmitir a decisão sobre a medida de controlo e recolher informações valiosas da autoridade de execução sobre a possibilidade de controlo do suspeito.*
* *Tomar o consentimento do suspeito nos termos do Artigo 9.º da DQC em caso de transmissão da decisão sobre medidas de controlo ao EM em que reside legalmente.*
* *Verificar a residência legal e habitual do suspeito em conformidade com o n.º 1 do Artigo 9.º ou os casos em que o EM de execução, com exceção daquele em que o suspeito reside legal e habitualmente, consente em tal envio (nos 2-4 do Artigo 9.º da DQC).*
* *Identificar a autoridade competente do EM de execução para enviar a Certidão e a decisão sobre medidas de controlo (n.º 6 do Artigo 10 da DQC).*
* *Preencher a Certidão fornecida no Anexo I da DQC e enviá-lo diretamente à autoridade competente do EM de execução juntamente com a decisão sobre a medida de controlo (que deve ser executória de acordo com a legislação nacional do EM emissor – ver Artigo 4.º-A) da DQC).*
* *Continuar a monitorizar as medidas de controlo até ser informado pelas autoridades dos EM de execução sobre a decisão de reconhecer a decisão relativa às medidas de controlo (n.º 1 do Artigo 11.º da DQC)*
* **Autoridade competente de execução:**
* *Após receber uma decisão sobre medidas de controlo, de uma autoridade de execução que não tem competência para reconhecer, transmite a decisão juntamente com a certidão à autoridade competente e informa a autoridade competente do Estado de emissão a qual transmitiu essa decisão.*
* *Tomar uma decisão no prazo de 20 dias úteis a contar da receção da decisão sobre medidas de controlo (o limite pode ser prorrogado por mais 20 dias úteis se tiver sido introduzido um recurso judicial contra a decisão relativa ao reconhecimento).*
* *Se não for possível, em circunstâncias excecionais, cumprir os prazos, informará imediatamente a autoridade competente do Estado emissor, por qualquer meio, indicando os motivos do atraso e o tempo que espera demorar a emitir uma decisão final.*
* *Adiar a decisão de reconhecimento da decisão sobre medidas de controlo quando a certidão recebida estiver incompleta ou não corresponder manifestamente à decisão sobre medidas de controlo, até que seja fixado um prazo razoável para que a certidão seja preenchida ou corrigida.*
* *Informar a autoridade competente do Estado de emissão da decisão final de reconhecer a decisão sobre as medidas de controlo e tomar todas as medidas necessárias para monitorizar as medidas de controlo.*

***Q6:*** Que desafios podem enfrentar as autoridades competentes de emissão e de execução e como podem ser ultrapassados?

1. **Autoridade competente emissora**

* ***Sem conhecimento da Decisão-Quadro 2009/829 do Conselho***

Embora a DQC 2009/829 esteja em vigor desde 1.12.2012, o instrumento jurídico ainda não é muito utilizado a nível europeu (na maioria das vezes é utilizado apenas a nível regional ou entre EM com uma tradição de cooperação com procedimentos de supervisão). Uma das razões para tal é a *falta de conhecimento* entre as autoridades competentes, os profissionais da justiça e os suspeitos.

|  |
| --- |
| * Sensibilização das autoridades competentes, tanto como autoridades emissoras como executoras, para o instrumento jurídico. * Disponibilizar informação para suspeitos e advogados (por exemplo, sítios Web, formações). |

* ***Não conhecer o outro sistema judiciário***

As autoridades judiciárias competentes dos EM emissores são geralmente relutantes quando se trata de solicitar a transferência da decisão sobre medidas de controlo. O desconhecimento do outro sistema judiciário é um dos desafios para a autoridade emissora do EM.

Se tiver dúvidas sobre o outro sistema judiciário envolvido, a autoridade competente emissora tem diversas fontes de informação.

|  |
| --- |
| * Na secção [dedicada à DQC 2009/928](https://www.ejn-crimjust.europa.eu/ejn/libcategories/EN/39/-1/-1/-1), o sítio Web da RJE fornece informações valiosas sobre o sistema judiciário de todos os EM (por exemplo, legislação nacional, notificações, declarações, relatórios, etc.). |

Além disso, deve ter-se em mente que **todos os EM** (exceto a Irlanda – com o processo de implementação em curso) implementaram a DQC, o que significa que as medidas de vigilância previstas no n.º 1 do Artigo 8.º da DQC estão disponíveis e podem ser controladas em todos os EM (exceto quando um EM tiver notificado ou declarado que não se aplicará aquando da transferência da vigilância da pena).

O n.º 2 do Artigo 8.º da DQC estipula que cada Estado-Membro notificará o Secretariado-Geral do Conselho, aquando da aplicação da presente decisão-quadro, das medidas de controlo, para além das *referidas no nº 1, que está disposto a controlar*.

* ***Não confiar no outro sistema judiciário***

Muitas vezes, as autoridades competentes emissoras têm outras dúvidas, tais como a falta de confiança no outro sistema judiciário, e não iniciam um pedido de transferência de uma decisão sobre medidas de controlo, especialmente porque não há nenhuma obrigação explicitamente prevista na DQC.

|  |
| --- |
| * Recolher informações da autoridade de execução sobre a possibilidade de controlo do suspeito nos outros EM, consultando a autoridade de execução competente durante a preparação, ou, pelo menos, antes de transmitir uma decisão sobre medidas de controlo, juntamente com a certidão (Artigo 22.º da DQC) |

* ***Difícil estabelecer os critérios previstos no Artigo 9.º da DQC***

Normalmente, as informações sobre a residência legal e habitual do suspeito estão à disposição da autoridade competente do EM emissor na peça processual, a fim de determinar onde se dirigir de acordo com o Artigo 10.º da DQC.

Para os demais critérios e condições previstos no n.º 2 do Artigo 9.º da DQC, a autoridade competente emissora deve recolher informações.

|  |
| --- |
| * O Artigo 22.º da DQC prevê que as autoridades competentes do Estado de emissão e do Estado de execução se consultem mutuamente durante a preparação, ou, pelo menos, antes de transmitirem uma decisão sobre medidas de controlo, juntamente com as informações da certidão que permitam verificar a identidade e o local de residência da pessoa em causa ou outras informações necessárias para avaliar as condições previstas nos nos 2 a 4 do Artigo 9.º. |

* ***Não saber para onde enviar a Certidão e a decisão sobre as medidas de controlo***

Encontrar a autoridade competente no EM de execução não é uma tarefa difícil, especialmente porque o ***Atlas*** do sítio Web da RJE ajuda os profissionais da justiça a identificar a autoridade de execução competente para os outros EM (como se viu no ponto 4 acima).

|  |
| --- |
| * Se a autoridade competente do Estado de execução não for conhecida da autoridade competente do Estado de emissão, esta última procederá a todas as averiguações necessárias, *inclusive através dos pontos de contacto da Rede Judiciária Europeia criada pela Ação Comum 98/428/JAI do Conselho*, a fim de obter as informações do Estado de execução (n.º 7 do Artigo 10.º da DQC). * Quando uma autoridade do Estado de execução que recebe uma decisão sobre medidas de controlo, juntamente com a certidão, não tem competência para a reconhecer e tomar as medidas necessárias à fiscalização da medida de vigilância ou da sanção alternativa, *transmite-a ex officio à autoridade competente e informa sem demora a autoridade competente do Estado de emissão em* conformidade, por qualquer meio que deixe um registo escrito (n.º 8 do Artigo 10.º da DQC). |

* ***Tempo necessário para tomar uma decisão sobre as medidas de controlo***

As autoridades competentes emissoras encontram-se numa situação em que têm de decidir tomar uma decisão sobre medidas de controlo como alternativa à decisão provisória numa questão de horas depois de uma infração ter sido cometida. Isto não dará tempo suficiente para entrar em consulta com as autoridades competentes dos outros EM.

|  |
| --- |
| * Se uma decisão sobre medidas de controlo tiver de ser tomada rapidamente de acordo com a legislação nacional, nada impede a autoridade competente emissora de tomar tal decisão como em todos os casos nacionais semelhantes. Após a decisão ter sido tomada, esta decisão sobre medidas de controlo pode ser posteriormente transferida para outro EM e as medidas de controlo adaptadas de acordo com o Artigo 13.º da DQC por consenso entre os dois EM envolvidos. |

1. **Autoridade competente de execução**

* ***Problemas relativos à certidão recebida (informação incompleta, informação confusa, caixas não assinaladas corretamente ou não assinaladas de todo quando eram obrigatórias, etc.)***

Estas situações são fornecidas como motivo de recusa do reconhecimento e supervisão, nos termos da alínea a), n.º 1. do Artigo 15.º da DQC, pela autoridade competente do EM de execução.

|  |
| --- |
| * A autoridade competente do EM de execução pode adiar a decisão de reconhecimento da decisão sobre medidas de controlo quando a certidão estiver incompleta ou não corresponder obviamente à decisão sobre medidas de controlo, até que seja fixado um prazo razoável para que a certidão seja completada ou corrigida. |

* ***Problemas no cumprimento dos prazos***

Se não for possível respeitar os prazos previstos no Artigo 12.º da DQC, a autoridade competente do Estado de execução informa imediatamente a autoridade competente do Estado de emissão, por qualquer meio, indicando os motivos do atraso e o tempo estimado necessário para tomar a decisão final

|  |
| --- |
| * As razões para o não cumprimento dos prazos previstos no Artigo 12.º da DQC devem ser circunstâncias excecionais e devem limitar-se apenas a situações objetivas(*por exemplo, são necessárias informações adicionais dos EM emissores ou de outras autoridades competentes envolvidas no processo de reconhecimento*). |

* ***Problemas de adaptação das medidas de controlo***

Se a **natureza das medidas de controlo** for incompatível com a legislação do Estado de execução, a autoridade competente desse Estado-Membro pode adaptá-las em função dos tipos de medidas de controlo aplicáveis, nos termos da legislação do Estado de execução, a infrações equivalentes. A medida de controlo adaptada deve corresponder, tanto quanto possível, à medida imposta no Estado de emissão (n.º 1 do Artigo 13.º da DQC).

|  |
| --- |
| * *Por exemplo,* a autoridade emissora impôs ao suspeito a obrigação de não entrar em **determinadas áreas definidas**, que na legislação do EM de execução têm um significado ligeiramente diferente. A adaptação deve ser feita de acordo com o nacional do EM de execução, depois de informar o EM emissor de acordo com a alínea f) do Artigo 20.º da DQC. |

Se o **período máximo de tempo durante o qual as medidas de controlo podem ser controladas no Estado de execução for inferior ao imposto na decisão sobre medidas de controlo**, caso a lei do Estado de execução preveja esse máximo, o período de controlo será efetuado pelo EM de execução nos prazos previstos pela legislação nacional. Em seguida, a supervisão regressará ao EM emissor, de acordo com a alínea d), n.º 2 do Artigo 11.º da DQC.

* ***Impossível controlar o suspeito***

|  |
| --- |
| * A autoridade de execução deve informar o Estado de emissão de que é impossível fiscalizar as medidas de controlo pelo facto de, após a transmissão da decisão sobre medidas de controlo e da certidão ao Estado de execução, a pessoa não poder ser encontrada no território do Estado de execução, caso em que não haverá qualquer obrigação do Estado de execução de fiscalizar as medidas de controlo. |

***Q7:*** Quais são os benefícios, neste caso, se essa transferência de supervisão for bem-sucedida?

* ***Um melhor acompanhamento dos movimentos do arguido e assim garantir o regular exercício da justiça e, em especial,*** ***a comparência da pessoa em causa no julgamento***

O suspeito será controlado pelas autoridades do EM de execução em que reside legalmente e assim garantir o regular exercício da justiça e a comparência da pessoa em causa no julgamento no EM emissor.

* ***Melhorar a proteção das vítimas e do público em geral***

Um dos objetivos da DQC é melhorar a proteção das vítimas e do público em geral. Na maioria dos casos, a transferência das medidas de controlo para outro EM significa que a pessoa condenada estará longe da vítima, que permanece no EM emissor.

Podem surgir problemas quando a vítima vive no EM de execução, mas mesmo nestes casos, nos crimes graves ou nas obrigações relacionadas com a criminalidade baseada no género de não se aproximar das vítimas são fornecidos na sentença inicial e podem ser muito mais facilmente verificados pelas autoridades competentes no EM de execução.

Além disso, a proteção do público em geral é melhorada porque a pessoa condenada terá laços suficientes com os EM de execução que o ajudarão a reabilitar-se e a reintegrar-se melhor na sociedade.

* ***Melhores hipóteses de aplicação de uma pena não privativa de liberdade, se for considerado culpado no final do julgamento***

Se a vigilância do suspeito correr bem no EM de execução, as hipóteses de aplicação de uma pena não privativa de liberdade aumentarão para o suspeito (por exemplo, aplicação de uma pena suspensa e transferência da vigilância de acordo com a DQC 2008/947/JAI).

* ***Reforçar a confiança mútua e a cooperação entre EM para casos futuros***

A cooperação entre EM nos casos abrangidos pela DQC reforçará a confiança mútua para casos futuros. Os casos bem-sucedidos encorajarão ainda mais EM a cooperarem no sentido de melhor atingirem os objetivos previstos no Artigo 2.º da DQC.

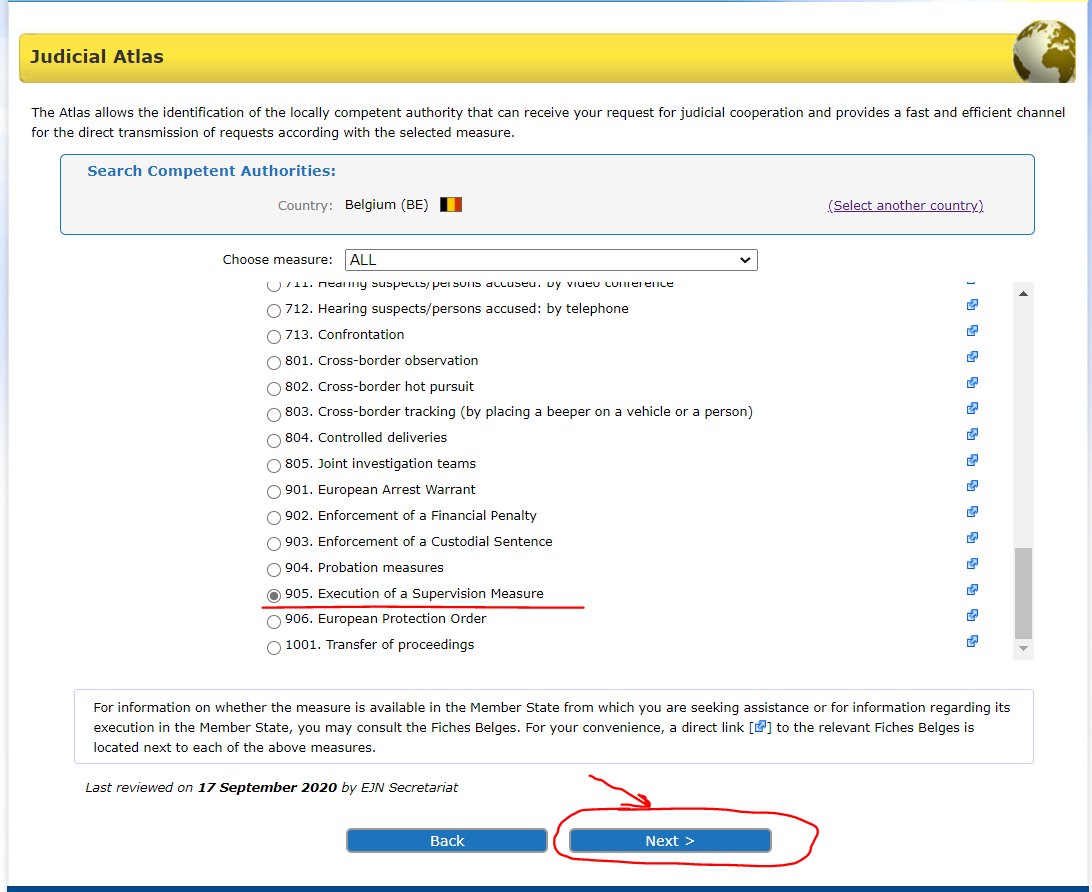
****Anexo. Soluções passo a passo****

* **Uma autoridade competente alemã quer transferir a supervisão do arguido A.N. que reside legal e habitualmente em Bruxelas, Bélgica.**

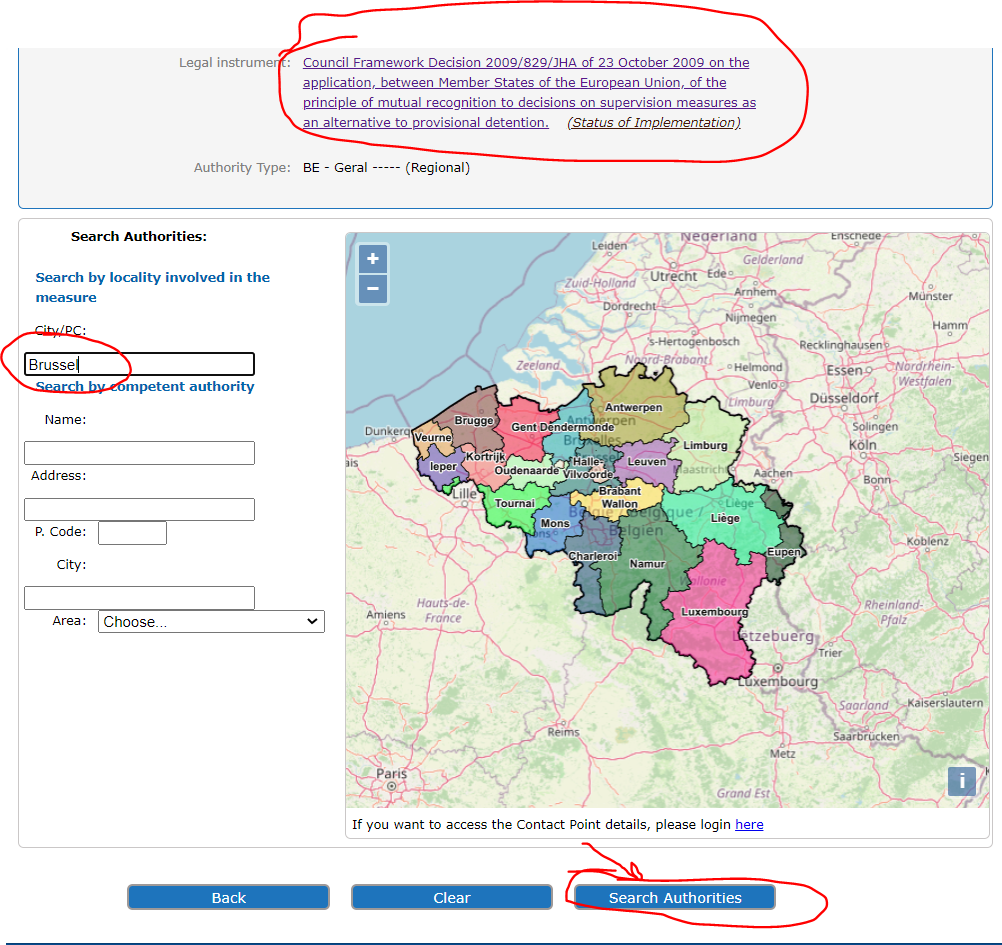
1. Para identificar a autoridade competente, seleciona-se a **Bélgica** como o país selecionado (BE). De seguida, seleciona-se a secção **Atlas**, como ilustrado abaixo.



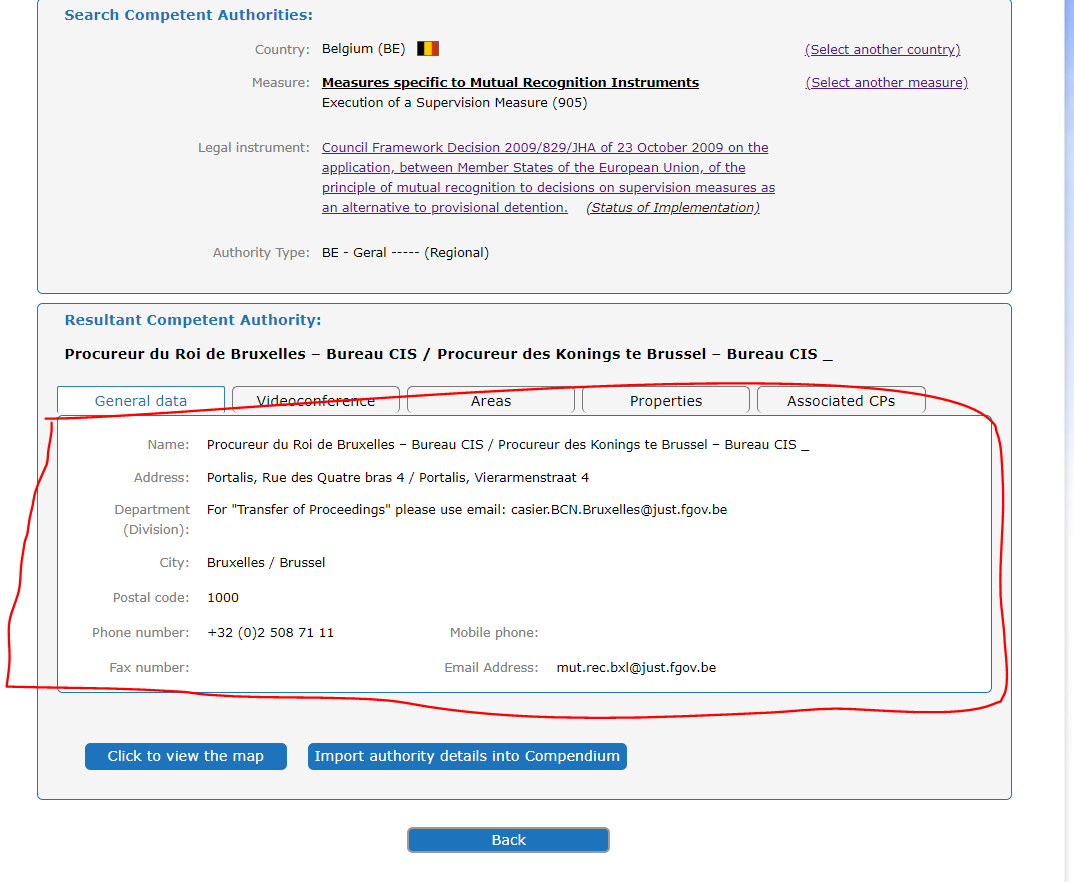
2. Seleciona-se a medida **905. Execution of a Supervision Measure** (*Execução de uma Medida de Controlo*). De seguida, seleciona-se a secção **Next** (*Seguinte*), como ilustrado abaixo.



3. Introduz-se **Brussels** (*Bruxelas*). De seguida, seleciona-se a secção **Next** (*Seguinte*), como ilustrado abaixo.



4. No final, é apresentado o resultado da pesquisa, como ilustrado abaixo.

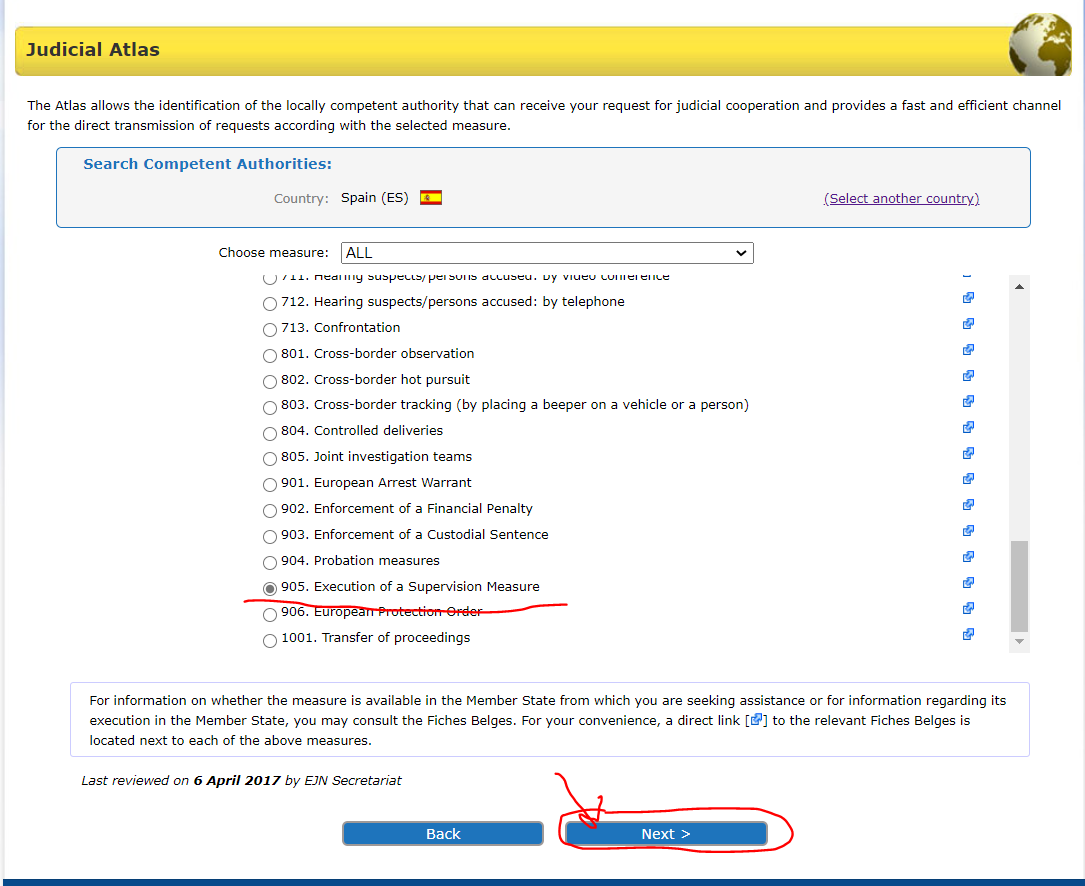


* **Uma autoridade competente francesa quer transferir a supervisão do arguido B.C. que reside legal e habitualmente em Vigo, Espanha.**

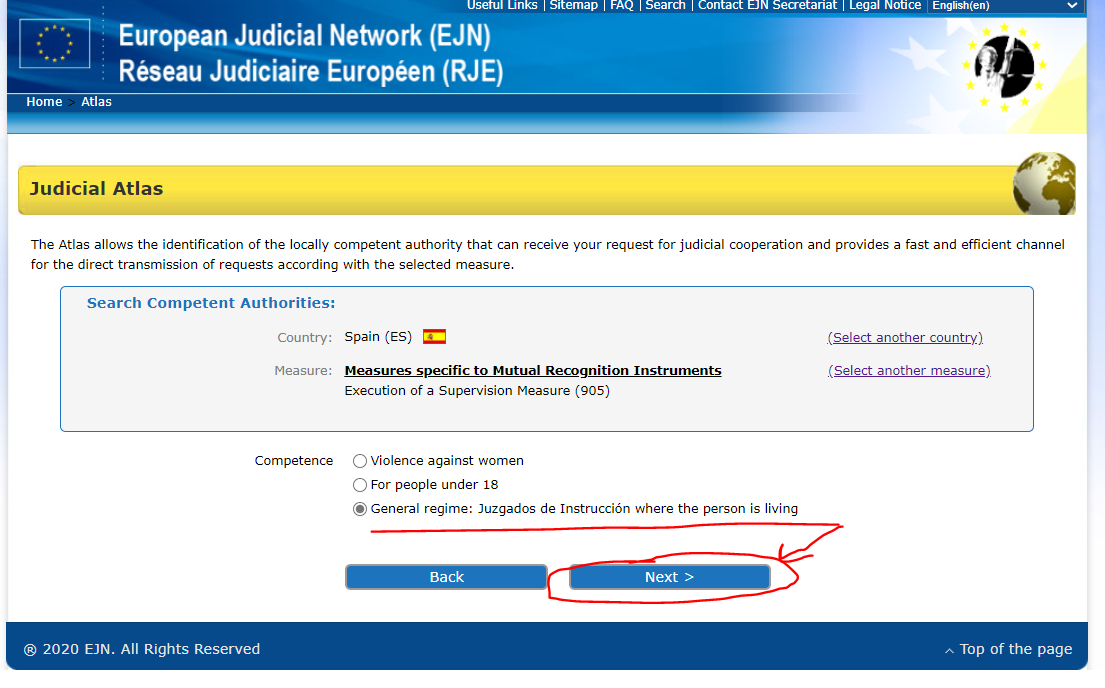
1. Para identificar a autoridade competente, seleciona-se a **Espanha** como o país selecionado (ES). De seguida, seleciona-se a secção **Atlas**, como ilustrado abaixo.



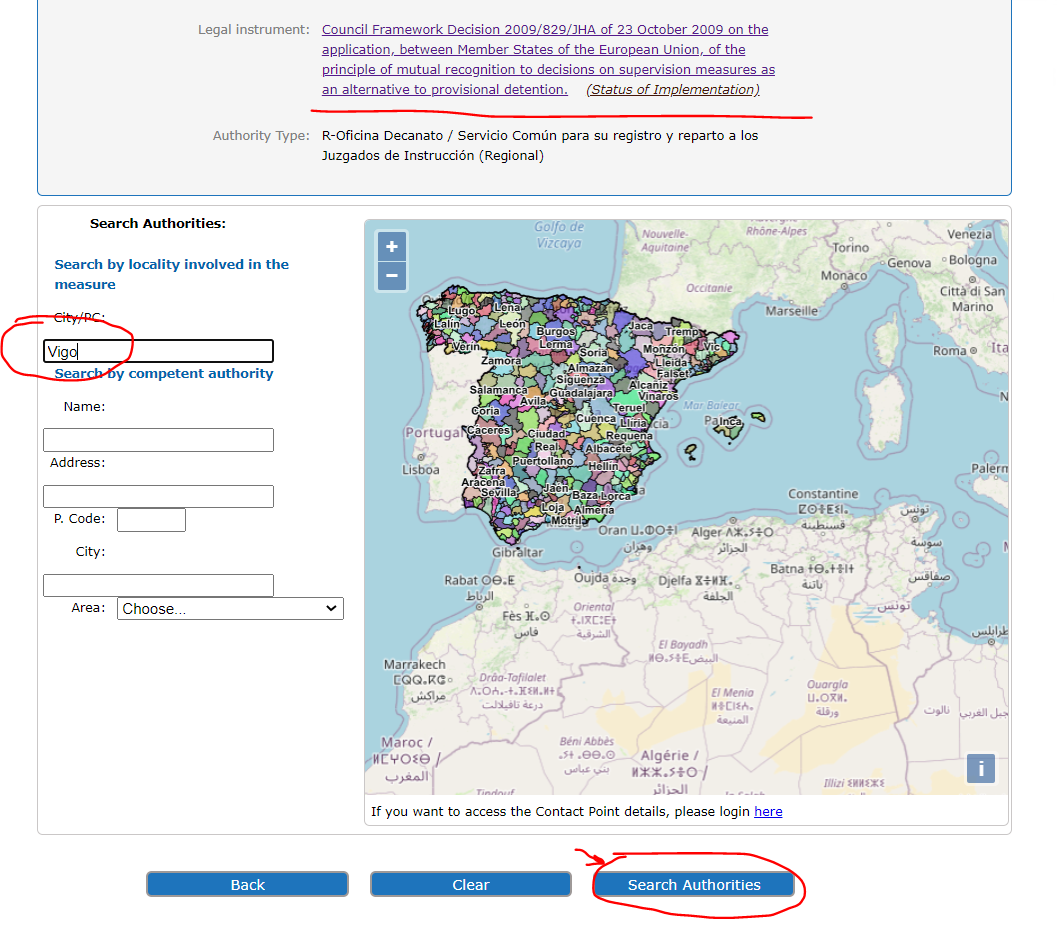
2. Seleciona-se a medida **905. Execution of a Supervision Measure** (*Execução de uma Medida de Controlo*). De seguida, seleciona-se a secção **Next** (*Seguinte*), como ilustrado abaixo.



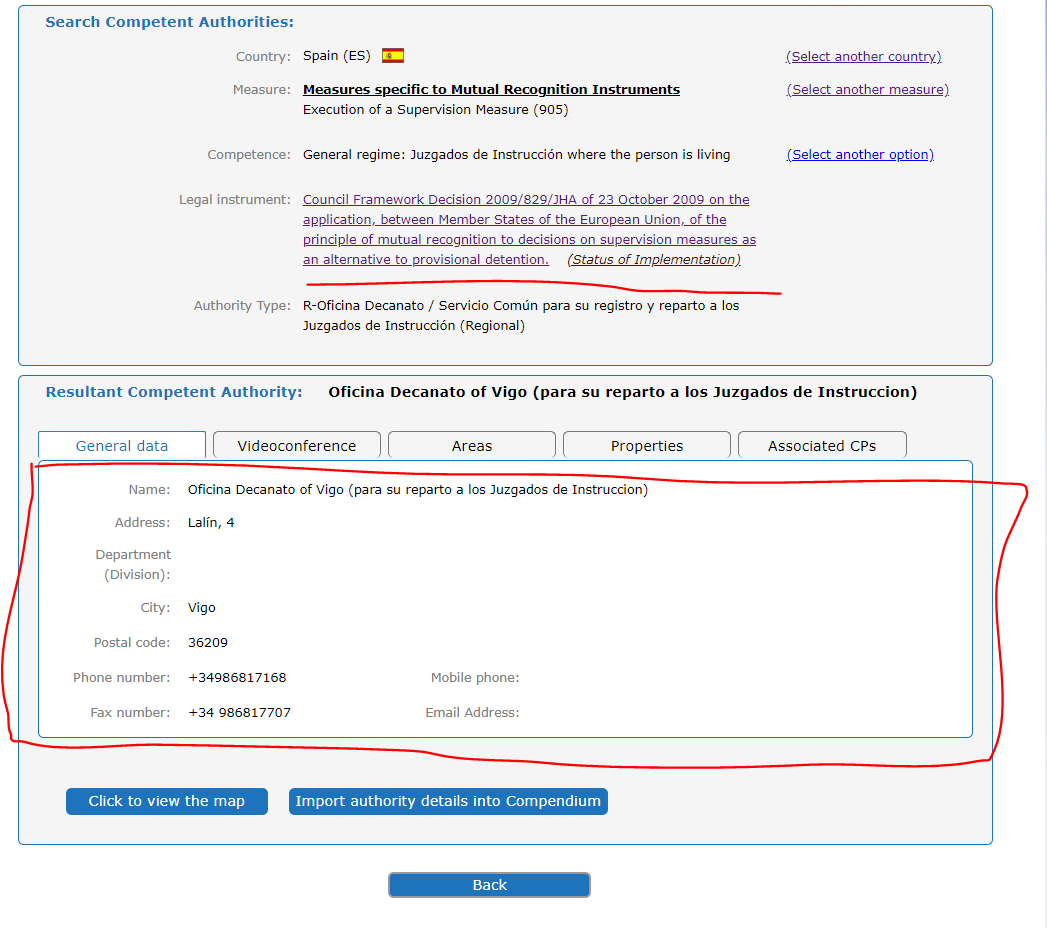
3. Aqui, é necessário selecionar uma de 3 opções. Seleciona-se **General regime** (*Regime Geral*),tal como mencionado nos requisitos do exercício. De seguida, seleciona-se a secção **Next** (*Seguinte*), como ilustrado abaixo.



4. Introduz-se **Vigo, Spain** (*Espanha*). De seguida, seleciona-se a secção **Next** (*Seguinte*), como ilustrado abaixo.



5. No final, são apresentados os resultados da pesquisa, como ilustrado abaixo.

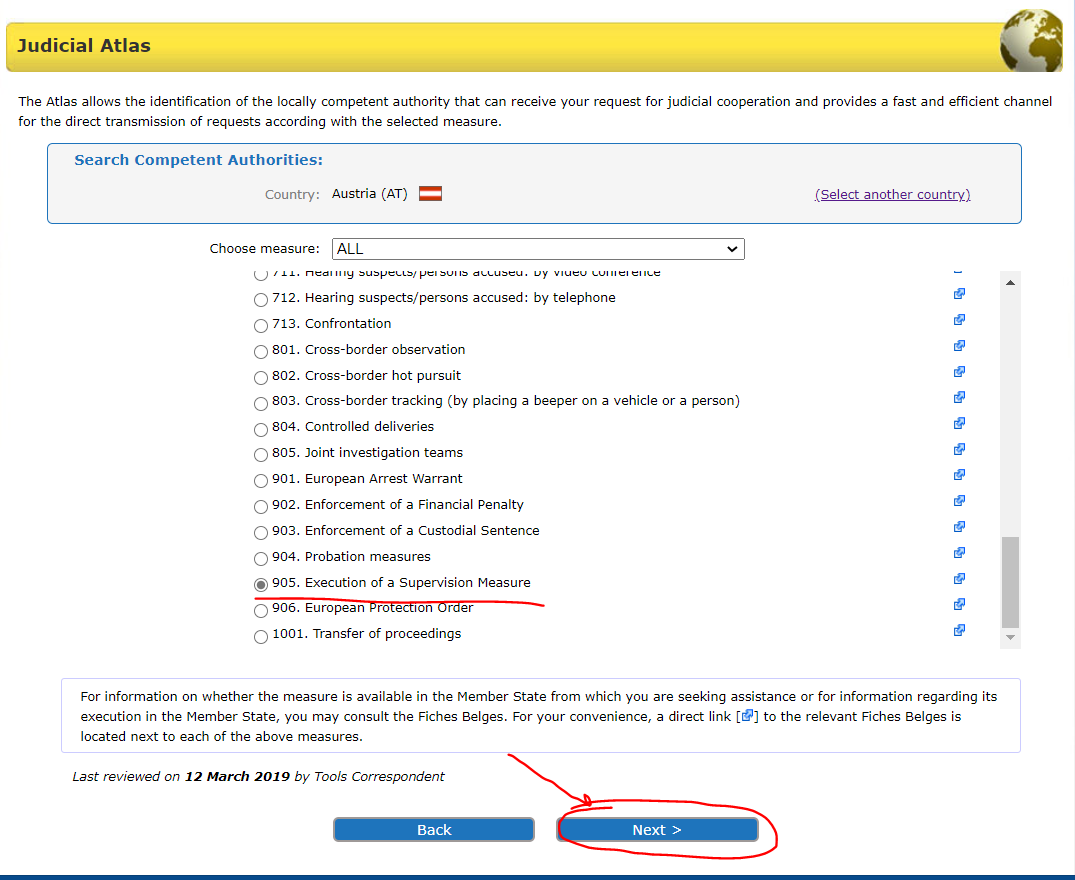


* **Uma autoridade competente espanhola quer transferir a supervisão do arguido M.M. que reside legal e habitualmente em Viena, Áustria.**

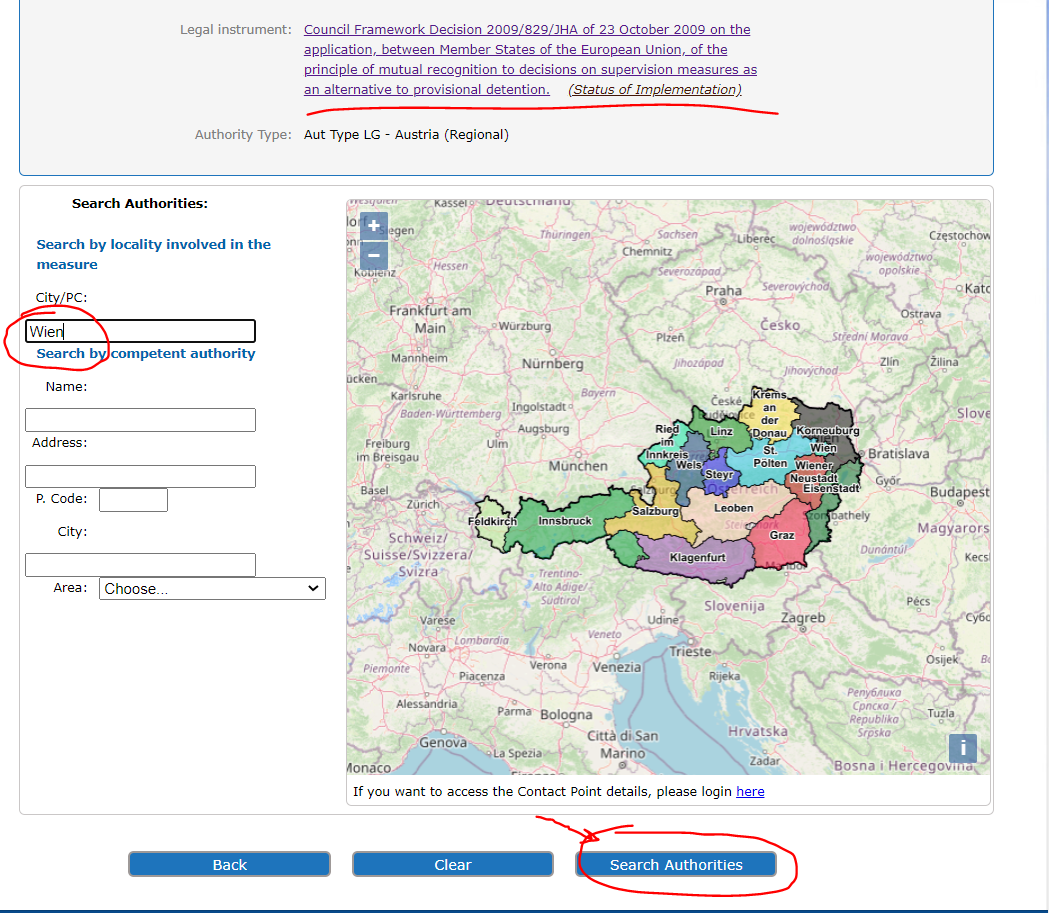
1. Para identificar a autoridade competente, seleciona-se a **Áustria** como o país selecionado (AT). De seguida, seleciona-se a secção **Atlas**, como ilustrado abaixo.



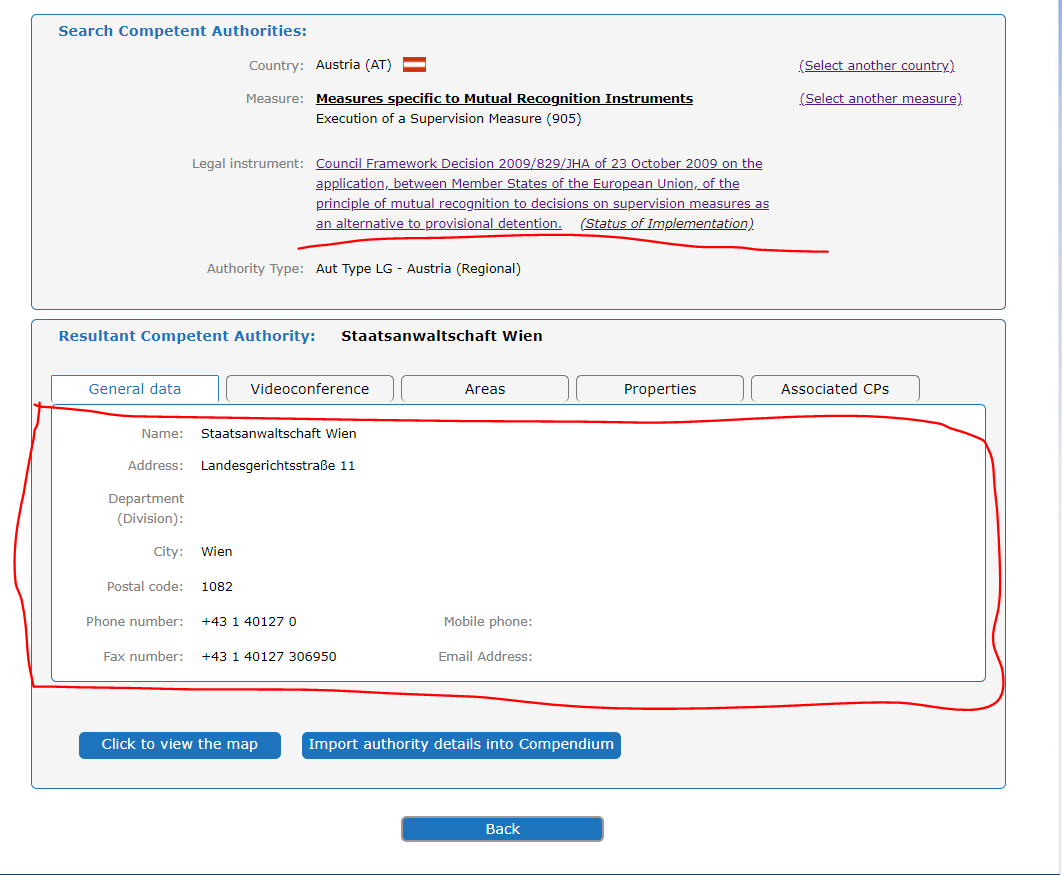
2. Seleciona-se a medida **905. Execution of a Supervision Measure** (*Execução de uma Medida de Controlo*). De seguida, seleciona-se a secção **Next** (*Seguinte*), como ilustrado abaixo.



3. Introduz-se **Vienna (Austria)** (*Viena* (*Áustria*)). De seguida, seleciona-se a secção **Next** (*Seguinte*), como ilustrado abaixo.



4. No final, são apresentados os resultados da pesquisa, como ilustrado abaixo.

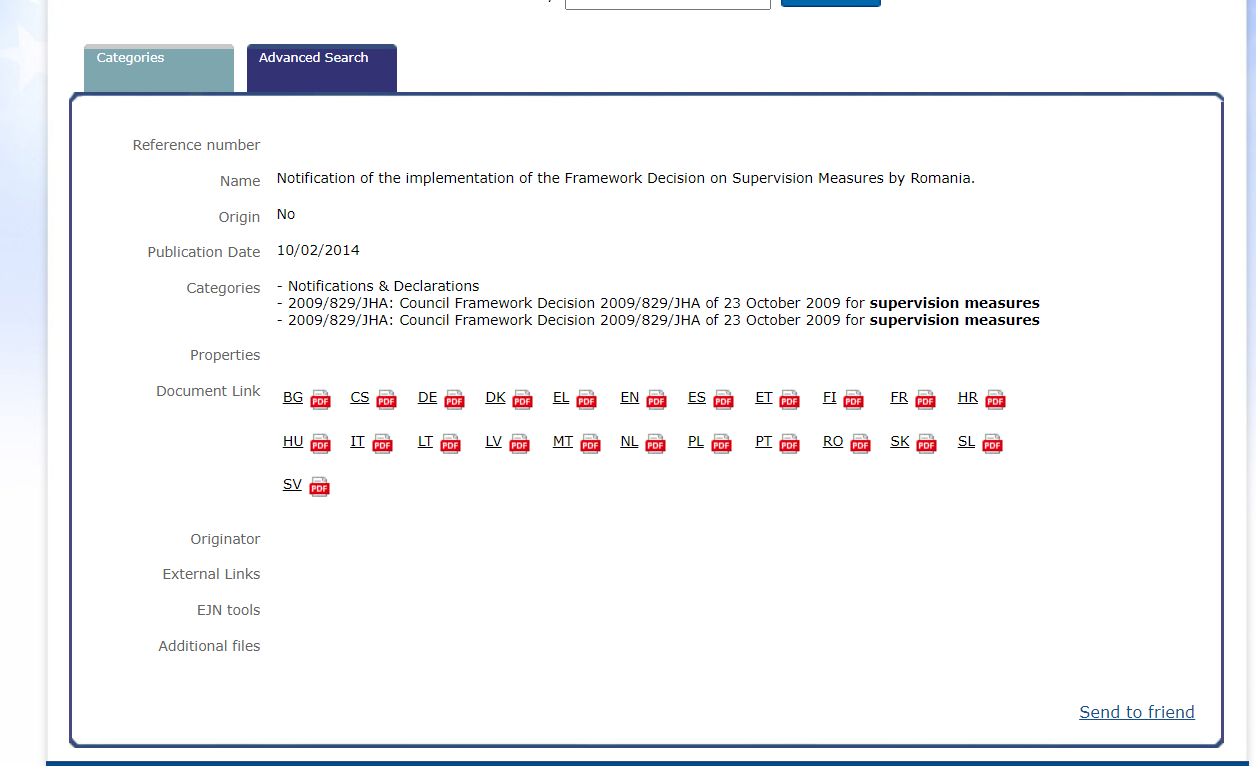


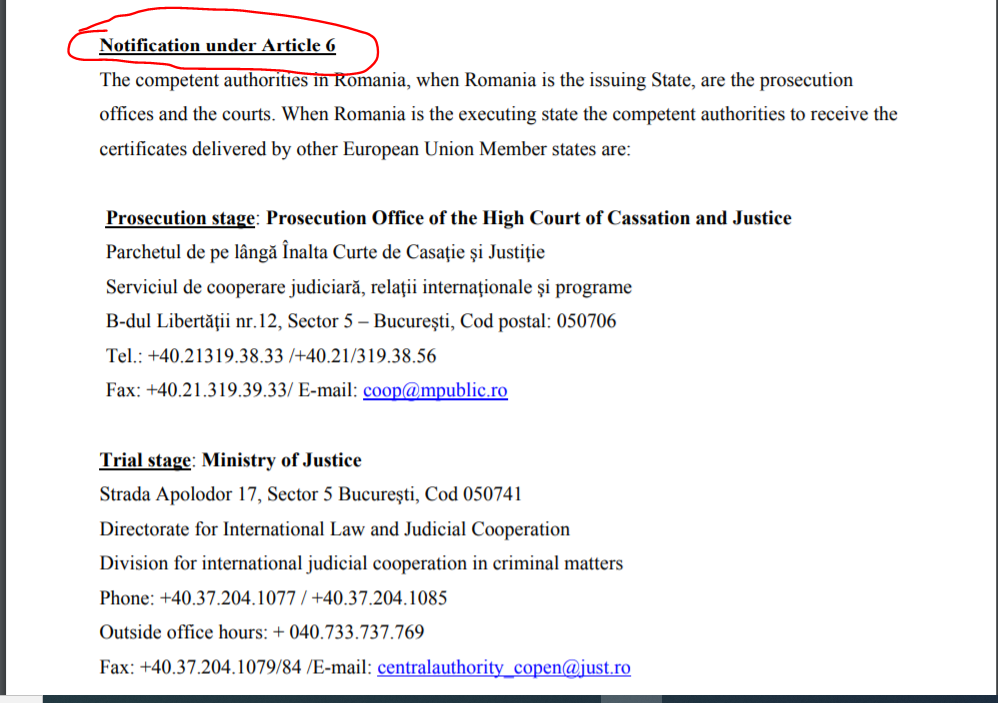
***Solução para a questão 4 do cenário de caso.***

As informações relativas às autoridades competentes como autoridades competentes emissoras ou executoras podem ser consultadas no sítio Web da RJE – [www.ejn-crimjust.europa.eu](http://www.ejn-crimjust.europa.eu) (informações fornecidas para cada EM):

**Roménia – informações fornecidas abaixo**:

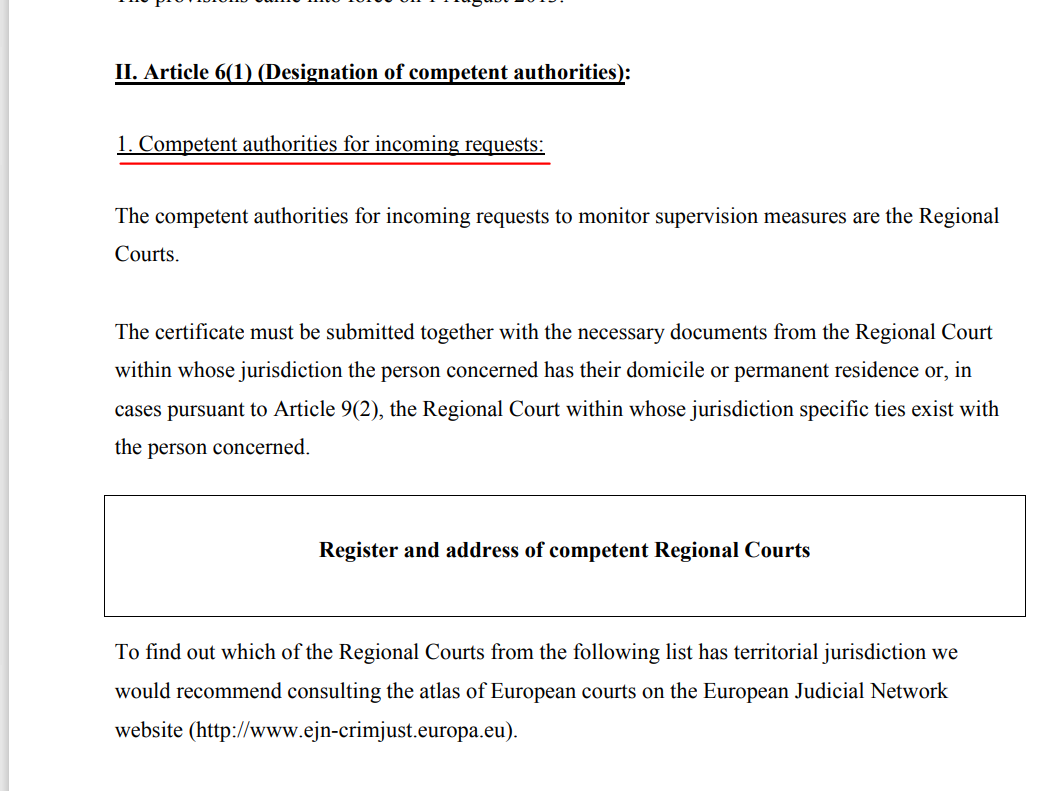
<https://www.ejn-crimjust.europa.eu/ejn/libdocumentproperties.aspx?Id=1229>





**Áustria – informações fornecidas abaixo**:

https://www.ejn-crimjust.europa.eu/ejn/libdocumentproperties.aspx?Id=1176



1. J.O. L 294, 11.11.2009 [↑](#footnote-ref-1)